

Problemas da governação de D. João em Portugal e no Brasil

Lúis A. de Oliveira Ramos

Nos finais do século XVIII, até ao afastamento do trono de D. Maria I (1792), a Coroa Portuguesa seguiu uma política de paz, traduzida pela neutralidade durante a Guerra de Independência dos Estados Unidos e posterior relacionamento com esse novo Estado, pela adesão à Liga dos Neutros, cara à Rússia, pelo fortalecimento dos laços dinásticos e políticos com a realeza espanhola, mal visto pelo gabinete de Londres, etc.

Com a tomada de poder pelo príncipe herdeiro D. João, face à doença mental da rainha, Portugal participa na Guerra do Rossilhão contra a França revolucionária ao lado da Espanha, faz, em 1793-1794, uma campanha cheia de honra no campo das armas, tenta reagir, depois, à derrocada espanhola frente aos exércitos gauleses, revolucionariamente motivados, sabe da paz celebrada à sua revelia entre a Espanha e a França, entra num longo, complexo e ameaçador processo de negociações com a República parisina, república que sob, o Consulado, seduz Carlos IV de Espanha, propondo-lhe a invasão conjunta

de Portugal em 1801, afinal apenas protagonizada pela Espanha, graças a uma rápida vitória durante a “guerra das laranjas”, cobrando-nos em pouco mais de 15 dias, o território de Olivença. Depois vem a paz com a França, de onerosas consequências financeiras e claras abertas comerciais. Mais tarde, a Espanha, aliada da França, vê as tropas deste país, onde Napoleão passara de Cônsul a Imperador, lá penetrarem para invadir Portugal, situação da qual resultam as invasões napoleónicas de 1807, 1809 e 1811.

Os problemas maiores do príncipe D. João, Regente de direito a partir de 1799, são a guerra, o medo de uma invasão francesa ou espanhola, ou ainda conjunta, como fora resolvido em 1801, e o temor da falta de apoio eficaz da Inglaterra, num tempo que precede a vigência do imperialismo de Bonaparte pela força das armas no continente europeu, em aliança com a Rússia desde 1807.

Nos círculos governamentais, apreensão, mas não terror, provocavam os inimigos do Trono e do Altar, os leitores de Voltaire, Montesquieu, Bielefeld, Raynal, d'Argens, Diderot e de tantos outros filósofos, colaboradores ou não da *Enciclopédia*, onde se propunha, em nome da razão e graças à crítica, novas formas de pensar. O mesmo acontecia em relação à maçonaria e principalmente aos jacobinos que foram aparecendo no país com a marcha da revolução francesa ou então relativamente aos que admiravam a América independente e a sua Constituição. Contra os leitores de livros proibidos, contra os maçons, contra os jacobinos, contra os activistas franceses da Revolução agiam, respectivamente, as Mesas Censórias, a Inquisição decadente e sobretudo a Intendência Geral da Polícia, comandada pelo Desembargador Pina Manique, que mesmo em relação aos heterodoxos e aos livros proibidos actuava, forçando a intervenção dos restantes organismos repressivos. Aliados deste perseguidor dos jacobinos eram os autores de obras em prol da monarquia absoluta ou do despotismo esclarecido moderado, que entre nós vigorava, uns estrangeiros, outros nacionais, alguns traduzidos em português ou redigidos por bispos em forma de pastoral. O Intendente da Polícia atribuía aos inimigos do regime vigente procedimentos de gravidade máxima, pedia o ministro do Reino para conhecimento do Príncipe. Queria vê-los detidos ou degradados num presídio africano. Todavia, os propagandistas revolucionários ou foram expulsos de Portugal, ou exilados em vilas distantes, ou, na maioria dos casos, admoestados pelo ministro do Reino, D. Tomás de Lima.

Nos primórdios do reinado, foram sujeitos a autos de fé públicos, e sem pena de morte, abolida por Pombal, na sua avançada reforma da Inquisição, alguns soldados, oficiais, estudantes e até o lente de Geometria na Universidade de Coimbra, José Anastácio da Cunha. Penaram uma reciclagem em conventos e alguns, como o próprio lente penitenciado, a breve trecho beneficiaram de perdão. Já com D. João no poder, em 1797 um pequeno grupo, dado como revolucionário, foi levado a tribunal.

Bem antes, no Brasil, reinava D. Maria I, ocorrera a Inconfidência Mineira, e a condenação à morte do Tiradentes. A monarca, a par da marcha do processo, advertiu expressamente os magistrados que só em casos de excepção autorizava a pena de morte, política ignorada, de facto, por D. João em revoltas. A sua mãe desprazia tal castigo, propugnando em geral a reeducação dos condenados, doutrina esta encomiada por José Bonifácio em 1817, na Academia Real das Ciências, no elogio póstumo da soberana.

Além das constantes pressões inglesas em favor dos seus interesses, além do que alguns consideravam os excessos de zelo persecutório de Pina Manique, a hipótese de guerra e o medo, por efeito do génio militar de Napoleão e a consequente quebra da neutralidade portuguesa, constituíam fulcral temor e problema do futuro D. João VI, no termo do século das "luzes".

Na Corte e no país, os membros do partido inglês e do partido francês formavam grupos antagónicos que tentavam influenciar o Príncipe. Achavam os primeiros, chefiados por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que a aliança com a Inglaterra primava por razões marítimas, comerciais e de defesa, diziam os segundos, guiados por António de Araújo de Azevedo que era necessário quebrar a arrogante primazia britânica mediante uma aproximação à França, sem se aperceberem dos seus desígnios inequivocamente hegemónicos.

E nem os excessos do embaixador Lannes, um autêntico diplomata revolucionário, explicou o Prof. Jacques Godechot, ou a acção descarada e persuasiva de Junot, que lhe sucedeu no posto, lograram grandes resultados. O que o Príncipe queria, e os ingleses aceitavam, consistia na manutenção da neutralidade, em última análise, numa aliança de amizade com a França, que não toldaria a continuação dos históricos laços mercantis e de respeito mútuo com a Inglaterra.

Ora, em 1805/1807, vencidas as grandes potências europeias, estabelecida a aliança com a Rússia, decretado o bloqueio continental para combater o bloqueio marítimo proclamado pelo ingleses, o que interessava a Napoleão era ver Portugal acatar as normas do mesmo bloqueio, soltar-se da Inglaterra, expulsar os ingleses, obstar à prossecução do seu comércio, alinhando com a França e a Espanha. Logo depois, em segredo, em Outubro de 1807, o Imperador firmará com os espanhóis o Tratado de Fontainebleau, estilizando Portugal, olhando já para o continente do Sul, onde refulgia o Brasil. O império das duas Américas tocara a Carlos IV e os territórios lusos às partes contratantes.

E Portugal, também em Outubro de 1807, acabou por aceitar as exigências da França, esperando saciar Napoleão, não sem que, em paralelo, o embaixador de Portugal em Londres combinasse a transferência da Corte para o Brasil, apoiada pela armada britânica, a manutenção do Reino, dos Braganças e suas possessões, a abertura de canais de mercancia aos ingleses naquele Estado. Em Lisboa, corriam já, em segredo, os preparativos para a travessia do Atlântico pela Corte em navios de guerra lusos.

De facto, temia-se que o imperador, como vinha ameaçando, conquistasse Portugal para acabar com a dinastia brigantina. Ora, a continuidade e a grandeza da casa de Bragança é a convicção máxima de D. João VI, que como príncipe e como monarca, ele nunca abandonou e acerca da qual cedeu para ganhar tempo. No mais, vemo-lo indeciso, timorato, manhoso sempre, mas não inferior, nas relações com a França, a qualquer príncipe do seu tempo, pois logrou escapar-se para o Brasil e manter a soberania portuguesa.

E no concerto das realidades e ambições próprias da casa de Bragança, ao Brasil cabia realmente um lugar único, por si e como ponto de apoio à expansão imperial dos domínios da Casa reinante portuguesa na América do Sul até ao Rio da Prata, à custa da Espanha. Com essa ideia D. Rodrigo de Sousa Coutinho cativou D. João, tanto mais que remontava a concepções dos jesuítas Padres António Vieira e Simão de Vasconcelos no século XVII, também evocada por D. Luís da Cunha na segunda metade do século XVIII, a cujo teor não foi estranho Pombal, sempre disposto a bater-se com os espanhóis na América meridional, o qual também considerara a hipótese da ida da Corte para o Brasil, durante a guerra dos 7 anos.

Mas se o filho da Revolução e o grande podador dos seus excessos, Napoleão Bonaparte, por várias razões, justificativas da união ou sistema continental, queria eliminar a base de apoio inglesa que o porto de Lisboa e os seus estaleiros navais, a sua oferta colonial e a frota da guerra lusa proporcionavam, a sua ambição e o seu espírito ardiloso estimulou de novo o expansionismo de Espanha na Ibéria (travado por Carlos III), através de Carlos IV e do valido Godoy.

Genro dos reis de Espanha, que auxiliou na Catalunha e no Rossilhão, talvez D. João visionasse com dificuldade o relançar dos apetites espanhóis, que se traduziram numa guerra contra Portugal que, essa sim, o Regente não esqueceu. Trata-se de um problema que surgiu e teve consequências palpáveis, definitivas quanto ao traçado da fronteira alentejana, cerceada pela perda de Olivença.

À Inglaterra não interessava de modo algum que o rei de Portugal e senhor do Brasil, parente dos Bourbons de Espanha, assim como a sua esquadra, os seus portos, entrepostos comerciais, à quem e além mar, caíssem em mãos francesas. Estava disposta a fazer em Lisboa o que os canhões da sua armada concretizaram duas vezes em Copenhaga, mas, mais que tudo, convinha-lhe a ida da Corte lusa para o Rio de Janeiro, conforme ficara acordado em Londres.

Olvidaria Londres as cedências anti-britânicas do Regente D. João a Napoleão, relativamente à velha aliança, à colónia inglesa em Portugal e seus interesses? Certo é que se houvera cedências, em privado, celebrara-se o convénio secreto sobre os termos da mudança da Corte, onde subsistia o primado inglês. Entretanto, em Lisboa e no Porto, está estudado, os súbditos britânicos, antes de seguirem forçados para a Grã-Bretanha, acautelaram os seus bens e empresas através de contratos camuflados com amigos portugueses.

D. João por seu turno, queria Portugal poupado por Napoleão e essa esperança animava igualmente António de Araújo de Azevedo e os seus partidários. Daí as ordens do monarca para que não se resistisse às tropas francesas invasoras ao zarpas para o Brasil.

Assim o general Junot, chefe da invasão franco-espanhola de 1807, dizia-se protector de Portugal, e disposto a libertar a nação da tutela inglesa, por ordem do seu imperador, quando, em última análise, visava anexar o país, nos termos

do tratado franco-espanhol de Fontainebleau que cortava Portugal em três fatias e começava a desvendar a ambição sul-americana de Napoleão.

A premente conselho do partido inglês e do Gabinete de Londres, D. João seguirá para o Rio de Janeiro com D. Maria I, toda a família real e a sua Corte, largando a Pátria-mãe e os seus súbditos mais próximos.

Esta decisão surgiu com o ar de fuga que outros monarcas da Europa empreenderam no âmbito, por exemplo, dos seus domínios mediterrânicos. Na realidade, a viagem da corte portuguesa configura um feito político e um facto único. Comparável só à transferência para o exílio em Londres dos governos das nações ocupadas por Hitler na primeira metade do século XX. O Regente, graças a esta decisão garantiu, na adversidade, a sua realeza e a existência do Estado. Para mais o Brasil ficava noutra continente, a milhares de quilómetros da Europa convulsa, e dela separado pelo Atlântico.

O régio embarque surpreendeu as cortes europeias, porventura tanto como o terramoto de Lisboa de 1755 surpreendera as mentes superiores e os povos.

Curiosamente e graças à amplitude do séquito, formal e informal do Príncipe Regente, a expedição saiu de Lisboa em desordem, em naus superlotadas, onde muito faltava. Para os problemas encontraram-se no ensejo, as soluções possíveis.

A despeito da novidade da situação, dos desafios a enfrentar em Portugal, havia mais projectos para o Brasil e para a América do que propriamente para vencer Napoleão.

No Continente, quando começaram a vigorar os decretos opressivos das forças imperiais, a esperança, residiu, afinal, nos ingleses, arrogantes, prontos na intervenção, e, ao mesmo tempo, na inventiva dos senhores e dos povos lusos, que espantados, duvidosos, cindidos em facções, sofreram as inclemências de uma ocupação dura e impiedosa, contra a qual o Príncipe e os seus ministros ou delegados locais não descobriram soluções, já para os problemas em aberto, já para os que se sucederam ao longo do primeiro quartel do século XIX.

Na viagem para o Rio, com o futuro D. João VI ia a Princesa Carlota Joaquina que, em 1805, aliada à nobreza descontente, tentara substituir o marido –

provavelmente deprimido, na regência – princesa cuja conduta marital e as desvantagens de uma alma inteligente e maldosa jamais findaram, vieram à tona no Brasil em questões de política internacional e das relações entre as nações ibéricas.

A Inglaterra participou na formulação da política de mudança da Corte para o Brasil. Fê-lo, para evitar problemas sociais internos em que Bonaparte apostava, a bem da luta bélica contra a França napoleónica, à espera de contrapartidas que a breve trecho começou a cobrar. Ambicionava o comércio brasileiro, o acesso aos seus portos, a garantia de que D. João não tergiversaria no sentido da França.

Logo na Baía aconteceu a abertura dos portos do Brasil às nações amigas, escutado José da Silva Lisboa.

No Rio surgiu um novo governo onde pontificavam os amigos da Inglaterra. Entre o fervilhar de intrigas, empenhos, conselhos, sugestões, o Príncipe procedeu à remodelação em causa, não apenas por morte de titular como, quase sem excepção, era costume de sua mãe e seu costume. Em desgraça saía António de Araújo de Azevedo, ministro todo poderoso nos tempos que antecederam a ocupação de Portugal. O Regente D. João escolheu D. Fernando José de Portugal, antigo vice-rei do Brasil, para ministro assistente ao despacho em substituição de Araújo, manteve o conde da Anadia na Marinha e Ultramar, único elemento do antigo partido pró-francês, integrou, como ministro dos Estrangeiros e da Guerra, o estadista anglófilo e imaginativo D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que assim voltava ao executivo, onde há-de preponderar, mesmo na política interna brasileira e na preparação de planos expansivos desfavoráveis à Espanha e à França, a sul e a norte do Brasil.

No Conselho de Estado figuravam personalidades das extintas tendências anglófila e francófila, com relevo para António de Araújo de Azevedo, pois D. João não descartava personalidades úteis a prazo, como se verificará, tanto mais que na Europa, a guerra entre as potências não dava sinais de acalmia.

Em política exterior, a despeito de algumas objecções que se exprimiram às claras, no Conselho de Estado, cortam-se as relações com a França, fortifica-se

a linha de relacionamento privilegiado com a Inglaterra, tal qual preconizava, com ênfase, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. A Inglaterra manda para o Rio de Janeiro, Lord Strangford, antes seu representante em Lisboa. No mar, influente, comandava a esquadra britânica o almirante Sir Sidney Smith, fonte de sérios problemas, quando aliado da Princesa Carlota Joaquina, a propósito de situações nas colônias espanholas do Sul, almirante que, à tomada de Caiena por Portugal aos franceses, enviou uma canhoeira da sua frota.

Testemunho fiel do tempo afirma que os britânicos tudo podiam na Corte do Rio. E esta acepção é verdadeira só até certo ponto, porquanto o embaixador Strangford agia em conluio estreito com o embaixador português em Londres, D. Domingos de Sousa Coutinho e com o irmão deste, D. Rodrigo, o mais influente membro do Executivo junto do Príncipe.

A regência de Portugal, nomeada antes da saída da Corte, ficou paralisada pelas instruções finais do Regente no sentido de bem receber os franceses. Os ocupantes, a breve trecho depuseram essa entidade, apearam os Braganças e lograram enviar alguns ilustres portugueses do tempo a França para, em embaixada, solicitar um novo rei para Portugal, que podia ser o imperador ou alguém por ele designado. O próprio Junot e amigos seus franceses e portugueses pensavam na elevação desse general ao trono, em Lisboa.

No Reino, os franceses roubavam, espoliavam, queimavam, forçavam portuguesas e portugueses a ceder aos seus caprichos, às suas requisições, tudo culminando com o lançamento de uma fortíssima contribuição de guerra, o licenciamento das forças armadas e a formação de uma Legião Portuguesa para combater ao lado do imperador na Europa, comandado pelo marquês de Alorna, chefe de uma família perseguida por Pombal. Mas as notícias de Portugal para o Brasil e as ordens desde o Rio dimanadas levavam meses a chegar, meses a obter resposta numa situação em rápida mutação, de tal sorte que o embaixador em Londres, D. Domingos passou a funcionar, junto dos ingleses, como o mandante do Príncipe Regente na Europa, sem o ser.

Aliás, com os ingleses havia problemas a resolver na esfera política e econômica, pois estes não concordavam com a expansão dos portugueses na América do Sul. Na Europa, particularmente em Portugal, tal como desejava

a resistência interna, as tropas inglesas desembarcaram na Figueira da Foz por decisão própria, conduziram as operações contra os franceses de Junot a seu talante, com êxito. Os exércitos espanhóis, aliados de Napoleão na invasão de 1807, largaram os franceses de regresso a Espanha por causa das sublevações monárquicas no seu país, que culminaram na entronização de José Bonaparte e na queda dos Bourbons. Ao partir, no princípio de Junho, incitaram os portugueses à rebelião.

Vencedores, fortemente reforçados pelos portugueses, os britânicos celebraram despreocupadamente a capitulação de Sintra, negociada pelo seu comandante em chefe, Dalrymple. Graças a essa inacreditável capitulação, estranha aos responsáveis portugueses, as forças inglesas autorizaram os franceses aniquilados a partir com os avultadíssimos despojos de guerra tomados e roubados em Portugal.

O Governo Supremo do Reino, saído da rebelião, em 1808, contra o imperialismo napoleónico, de pronto lavrou bem alto a sua desaprovação. Em Londres, o embaixador D. Domingos de Sousa Coutinho de tudo se queixou em nome de Portugal. No Brasil soube-se mais tarde do acontecimento, houve protestos veementes que não alteraram factos consumados.

Gozando de autonomia na América do Sul e ignorando o desagrado britânico, também o Príncipe Regente e o Executivo, estimulados por D. Rodrigo, congeminarão a expansão para Sul, não sem todos os cuidados em relação a D. Carlota Joaquina, que, enquanto infanta de Espanha, manobrava para desempenhar um papel de relevo nos domínios espanhóis, apoiada pelo almirante britânico Sir Sidney Smith e até, em circunstâncias específicas, pelo Regente seu marido e pela diplomacia portuguesa, nas Cortes de Cadiz, ocasião em que se impôs o conde de Palmela.

No Rio de Janeiro, problemas havia de primeira linha.

Parecia imperativo negociar um Tratado de amizade e comércio com a Inglaterra com a vantagem para a persistência do Reino de Portugal e contrapartidas económicas para os aliados ingleses.

Imprescindível tornava-se acorrer, desde logo, à construção da Administração pública do Brasil, agora sede do Governo.

Urgia encontrar alojamento para a Corte e para os que acompanhavam o Regente, formal ou informalmente, no Rio, como ainda para novos órgãos do Estado.

Havia a intenção de retaliar o imperador dos franceses nessa área do mundo, o que levou à conquista de Caiena, entrava o ano de 1810, vitória de inegável simbolismo, pois dificultava uma eventual progressão dos franceses rumo à Amazónia. Caiena foi desolvida aos Burbons, depois do Congresso de Viena, sem que Portugal lograsse obter novos territórios fronteiriços no Pará, como desejava.

Quanto aos alojamentos da Corte, o problema maior, para além das carências iniciais, foram os ressentimentos que o exercício do “direito de aposentadoria”, isto é, a requisição oficial de residências, provocou entre os brasileiros e reinóis que viram as suas casas ocupadas.

Problema diverso, com repercussões futuras, residiu no preço que outros territórios do Brasil pagaram pela honra da presença da Corte no Rio, sem os benefícios de transformação demográfica, sócio-económica, centralizadora, urbana e arquitectónica que à nova sede da Coroa advieram.

No concernente às negociações entre Portugal e a Inglaterra, para urdir o depois chamado Tratado de 1810, sabe-se que este foi congeminado em Londres por D. Domingos de Sousa Coutinho, sondadas as autoridades britânicas, no Brasil afeiçoado e defendido por D. Rodrigo e Lord Strangford. O respectivo teor constitui a resposta a antigas reivindicações, a questões decorrentes das ameaças de Napoleão, da viagem da Corte para o Brasil, da ocorrência de uma segunda invasão de Portugal pelos franceses e das situações existentes no mesmo Brasil, configurando um problema maior e dos mais discutidos relativamente às comunidades envolvidas aquém e além mar, a ponto de se escrever em visão unilateral que “o monopólio do comércio com o Brasil ficava nas mãos dos ingleses” (Francisco António Correia), enquanto Portugal perdia o privilégio do tráfego exclusivo com os portos brasileiros.

Conforme referimos, segundo um autor coevo, que de Portugal seguia a par e passo a sorte da Coroa no Rio, não obstante a preponderância dos britânicos junto do Príncipe, este teve de enfrentar ainda variadíssimas manobras.

"Londres usou todas as fraudes e tergiversações... para o concluir e para depois de concluído, iludir e esquivar-se a todas as justas questões que os Portugueses logo fizeram contra... [tal Tratado]". A mesma fonte lamenta também o total transtorno por ele provocado no Reino; verbera o Governo do Rio por não ter consultado ou ouvido, quer os governantes estantes em Lisboa, quer os negociantes portugueses. Aponta as falácias do princípio de reciprocidade entre as duas nações quando as diferenças entre as marinhas mercantes das partes contrastantes eram abissais. Insiste nas alterações que os ingleses introduziram no Tratado depois de este entrar em vigor, ratificadas em 1812 por um convénio, ou num caso concreto, simplesmente comunicadas ao Governo do Príncipe.

Aponta-se o Tratado como fator das dificuldades portuguesas em anos sucessivos ao longo do século XIX. Somada às invasões francesas e a estas ligada, a abertura à Inglaterra dos portos do Brasil que do Tratado resultou e, "pior que tudo, o crescimento fabuloso da indústria britânica, implicou o déficite sempre crescente do comércio português" (Oliveira Marques). Enfim, Portugal pagou o preço da ajuda britânica, mas a prazo a "função transitória do porto de Lisboa" (J. B. Macedo), enquanto cais fundamental das esquadras mercantes, de guerra na Europa subsistiu. Demais, a subordinação lusa à Inglaterra cresceu (A. Silbert) em condições políticas extremamente favoráveis e o poderio industrial e comercial afundou o sistema económico português (J. B. Macedo).

Sem embargo, como o grande Jaime Cortesão notou, "a abertura dos portos do Brasil às nações amigas, isto é, à Inglaterra, senhora de poderio nos mares, deu um "enorme impulso não só à economia, mas a toda a vida do Brasil, ainda que em prejuízo da metrópole" (Ramos, p. 357) e com desvantagens para o Brasil, pois mercadorias suas como o açúcar não puderam competir com produtos idênticos vindos das colónias inglesas.

O imperialismo inglês estava em marcha, dominou o século XIX e, nesse século, com todas as ressalvas e por causa das suas relações britânicas, também o Brasil se justificou como nação. Portugal sobreviveu.

Relativamente à administração pública, o Príncipe ultrapassou numerosas dificuldades através do decalque de organismos estatais existentes em Lisboa,

inclusive promovendo fusões, por serem indispensáveis à sede da monarquia. Surge assim a Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, Tribunal superior para os assuntos dessas esferas de competência, mas também do Conselho do Ultramar em Lisboa, cujos desembargadores gozavam das prerrogativas e competências dos seus homólogos no Continente.

O mesmo aconteceu com o estabelecimento do Real Erário e do Conselho da Fazenda, cujas competências se estenderam aos Açores, à Madeira e às possessões de África e da Ásia.

Erige-se o Banco do Brasil, antes que Lisboa conhecesse instituição semelhante.

Acontece a fundação da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, idêntica à lisboeta, incumbida de fomentar a economia. Entre os seus objectivos figurava a construção de uma praça de comércio, lugar de reunião e de actividade dos negociantes, tendo anexo ensino adequado aos mercadores.

A necessidade de novos impostos estabelecidos pelo Regente resulta do crescimento das despesas e do respeito pelo trono e seu esplendor. Esses impostos recaíram sobre o tabaco e deram origem "à décima sobre os prédios urbanos em todas as cidades e vilas mais importantes do Brasil" e compreendeu depois as restantes, mais os lugares do interior e foi alargada aos domínios ultramarinos, salvo aos da Ásia. O tributo da sisa sobre a compra e venda de bens de raiz ascendia a dez por cento.

A aquisição de escravos aos mercadores tinha o mesmo valor e entre particulares ficava-se pela metade. Alargou-se o imposto de selo, envolvendo os livros de negociantes e mercadores, assim como os das câmaras municipais, dos tabeliães, das confrarias, irmandades e ordens terceiras" e, bem assim, os documentos judiciais. Regularizou-se o peso e a dimensão das moedas e ordenou-se a cunhagem de uma espécie pecuniária em prata com o valor de três patacas. Além disso, lançaram-se "direitos sobre a entrada de navios nos portos e sobre a saída dos principais géneros de exportação do Brasil, açúcar, tabaco, couros, algodão". Outras medidas beneficiaram súbditos, embarcações e géneros nacionais, enquanto se promovia, por outros modos, a indústria, o comércio e a navegação (Jorge Pedreira e Fernando Costa).

Os cuidados com a indústria conduziram à ansiada supressão do impedimento de fábricas e tipografias no Brasil, bem como à fundação da Real Fábrica de Pólvora e à instalação de uma fundição de ferro em Minas Gerais. Do mesmo modo, estabeleceu-se a Impressão Régia, surgiram *A Gazeta do Rio de Janeiro*, bibliotecas régias da Coroa e da Casa do Infantado, o Real Teatro de S. João e, bem antes, a Capela Real onde se cultivava a música sacra (Jorge Pedreira e Fernando Costa).

Cuidados especiais mereceram a defesa, a judicatura, a saúde pública, as negociações com Espanha nas Cortes de Cádiz e a intervenção no Congresso de Viena. Aqui Portugal assinou o Tratado final que estabeleceu a paz, o novo mapa das nações europeias, assim como o equilíbrio europeu e o princípio da legitimidade que, inclusive, restaurou os Bourbons no trono de França. Logrou ainda, conforme o interesse dos magnates brasileiros de então, uma solução que eliminava a escravatura tão só a norte do Equador, contra, quer a opinião pública inglesa e os direitos humanitários propugnados na Europa, quer contra sectores esclarecidos do Brasil e de Portugal.

Ainda segundo a bibliografia de *D. João VI* (Lisboa 2006), de Jorge Pedreira e Fernando Costa, na área da defesa e segurança, no Brasil, a reacção do Regente revelou-se pronta e adequada. Estabeleceu o Conselho Supremo Militar, com competências antes assumidas pelo Conselho da Guerra, pelo Conselho Ultramarino, pelo Almirantado, nos seus campos específicos. Cuidou ainda da organização de um Arquivo Militar, de uma Contadoria para a Marinha e de uma biblioteca para a Academia Naval. Em 1810 instituiu a Real Academia Militar, cujos professores dispunham de privilégios idênticos aos da Faculdade de Matemática de Coimbra. A Intendência Geral da Polícia e a Guarda Real da Polícia destacam-se quanto à segurança. Na Judicatura, cria dois juízos criminais no Rio de Janeiro em crescimento, abre um Tribunal da Relação no Maranhão. Por todo o território disseminou novas comarcas e dezenas de postos de juiz de fora em diversíssimos pontos, aspecto de notória importância dadas as funções administrativas e judiciais destes magistrados, cabeça dos municípios.

Inadequado pode afigurar-se lembrar estas medidas na sede brasileira da Corte portuguesa, mas logo se descobrirá a razão.

Assim não é de mais acrescentar, sem exaustividade, o que se concebeu e iniciou em matéria de comunicações terrestres, nomeadamente para encurtar distâncias entre o Rio e o Pará ou no que toca à densificação do circuito dos correios, apesar das dificuldades.

O mesmo afã e as carências existentes explicam o aparecimento do Provedor-Mor da Saúde da Corte e Estado do Brasil, a reorganização do Hospital Real Militar e a fundação de uma emblemática Escola Anatómica, Cirúrgica e Médica, em 1810, que acresce à erigida na Baía em 1808, escola que, além do mais, devia acolher estudantes das colónias africanas para se tornarem médicos.

A regência de D. João atingiu o seu acúmen com a elevação do Brasil a Reino, no âmbito da criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Por isso, fixo em 1815 o termo deste texto, não sem vincar, como os anos posteriores demonstrarão, que D. João VI foi deveras, e não apenas de direito, o primeiro rei do Brasil, sobretudo por causa das competências executivas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois Conde de Linhares e ainda quando António de Araújo de Azevedo, elevado a Conde da Barca, voltou ao Ministério como o mais acatado ministro, primeiro titular da pasta da Marinha e Ultramar, em 1813, e depois, como ministro principal, em 1814 e até 1818, data da sua morte.

Olhando a todas estas medidas e sofrendo nesses anos três investidas francesas na metrópole, pouco fizeram as regências que se sucederam em Lisboa, avolumaram-se os problemas decorrentes das comunicações entre a antiga e a nova sede do Governo, a Grei ergueu-se contra os franceses, os exércitos anglo-lusos rechaçaram o invasor, mas houve desencontros entre as autoridades civis e militares lusas entre si e com os ingleses.

Todavia a resistência floresceu sem medo no seio das gentes. Desde o princípio estimulada pelos espanhóis, a guerrilha bateu-se contra os franceses com rara valentia. Desde o princípio houve contactos com espanhóis e britânicos. Os portugueses formaram, em junho de 1808, uma Junta do Governo Supremo do Reino a partir do Porto, que congregou as Juntas locais. Alcançada a vitória, os ingleses reorganizaram, sob o comando de Beresford, um novo exército português que acompanhará os britânicos pela França dentro, até à derrota de Napoleão.

As propostas que vieram do Brasil, mesmo quando o Principal Sousa, irmão do Ministro D. Rodrigo, pertencia ao Governo do Reino, apesar de escassas e nalguns casos oportunas ou simplesmente sonhadoras, não tiveram efeitos palpáveis, embora não esteja feito o estudo exaustivo dos Governos de Portugal neste período, onde a iniciativa particular não esmoreceu.

O Brasil impunha-se como prioridade; em Lisboa, os ingleses pesavam na regência e controlaram o exército em crescendo até 1820. Portugal sentia-se colónia da Corte carioca e refém dos serviços prestados pela Inglaterra, situações que era imperativo ultrapassar.

O regresso do Rei e da Corte era reclamado no Reino e ecoava no Brasil, onde o Monarca se sentia bem, chegando a governar pessoalmente quase sem executivo, ajudado pelo Ministro Tomás Vila Nova Portugal.

Entretanto, uma crise económica de excesso de produção agravou a situação de forma inusitada, sem que se eliminassem compras exteriores próprias das carências anteriores.

Antes destes eventos, e já depois das revoltas do Recife e de Gomes Freire, em 1817, reprimidas sem piedade, apesar da proclamada clemência do Soberano, no estrangeiro e em Portugal, dizia-se o país uma espécie de protectorado inglês. Certo é que, desde a paz, o Reino gozava de maior autonomia externa, o que se vê pelo forçado regresso a Inglaterra do embaixador Strangford, exigido pelo Príncipe, pela política brasileira que culmina com a conquista de Montevideo, pela aproximação cultural à França, que o Conde da Barca preconizou, pela ascensão do futuro duque de Palmela nas relações externas, apoiado de início por aquele ministro, pelo casamento de D. Pedro, herdeiro do trono com a arquiduquesa D. Leopoldina, filha do Imperador da Áustria, pelo enlace da infanta D. Maria Isabel com Fernando VII de Espanha, etc.

Independentemente dos sentimentos da época, tão pouco aconteceu a dependência colonial do Reino antigo face ao Rio de Janeiro, a não ser pelo facto de aí sediar o Regente. Confirma-o a luta contra os franceses, a inoperância do Executivo no Brasil relativamente aos problemas lusitanos e mais tarde a Revolução Liberal de 1820 que expulsou os ingleses do exército, por exemplo.

Metrópole sempre fomos porque no extremo da Europa se gerou, desde o século XII, um povo que preza a sua independência na Ibéria, sofre guerras e alianças para descobrir, para congregar gentes estranhas e nações amigas, para presenciar, com dor ou sem ela, à afirmação de outros Estados que assumem o seu porvir. Hoje, o Brasil, antiga sede de uma Corte real e depois imperial, lidera o Mercosul e cresce entre as primeiras potências de agora e do futuro.

Hoje, situado no tempo e na história, vencidos problemas velhos e a contas com novos problemas, como outrora D. João no Rio de Janeiro, Portugal liderou nos últimos meses a União Europeia.